



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 34/2021

Adesão à Ata n.º 06/2021

**OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 34/2021, (Adesão à Ata n.º 06/2021) que objetiva a adesão, na condição de carona, à Ata de Registro de Preços nº 04/2021, decorrente do Pregão Presencial nº 02/2021, registrada pelo Município de Nova Lacerda /MT, para futura e eventual contratação de empresa fornecedora de material gráfico, conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A licitação foi iniciada para atender pedidos formulados pelos secretários municipais de saúde e administração, respectivamente.

O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a adoção de providências para abertura do processo de licitação.

Está anexada ao processo a cópia do Edital, Ata de Registro de Preços e Ofícios solicitando a adesão, resposta positiva



do órgão gerenciador justificativas para a adesão e três orçamentos apresentados por empresas do ramo.

A contadoria da prefeitura informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da adesão.

Sendo o que havia a relatar.

## FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:.

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema





de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia



consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas”.

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 22 de fevereiro de 2022, o que se presume ante a ausência da publicação da ata de registro de preços. O Decreto nº 3.931/2001 estabelece em seu art. 10 que a Ata de Registro de Preços, “... após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas”.

b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os





praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

Verifica-se que se encontram anexados aos autos os orçamentos que demonstram a compatibilidade de preços dos itens registrados pela gerenciadora.

De acordo com o art. 5º, inc. IV, do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública federal, compete ao órgão gerenciador da ata “realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes”.

Além de o órgão gerenciador ter que realizar a pesquisa de preços para definição do valor estimado da licitação (art. 9º, inc. XI, c/c o art. 18, ambos do Decreto nº 7.892/2013), também deve, durante a vigência da ata de registro de preços, assegurar a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

Os orçamentos anexados servem para nortear esta prefeitura participante no que tange às oscilações de mercado regional e assegurar a vantajosidade da adesão.

Também estão anexados, as justificativas formuladas pelos Secretários Municipais de Administração e Saúde. A saúde pretende suprir necessidades das UBS no período de pandemia e a administração suprir necessidades das atividades administrativas.



As justificativas estão limitadas às demandas e não alcançam os preços praticados. Ideal seria que a justificativa tratasse do interesse da Administração, sobretudo quanto aos valores praticados.

Ofícios solicitando consentimento de adesão ao Prefeito de Nova Lacerda/MT, Uilson José da Silva e à fornecedora dos itens elencados na Ata de Registro de Preços, LP GRÁFICA E EDITORA EIRELI, bem como as respostas positivas, estando todas anexadas.

Está anexado ao processo a cópia das peças essenciais do processo licitatório realizado na origem, sendo que nele se encontra o Termo de Referência contendo os valores dos itens a serem adquiridos.

A Comissão de Licitação deve avaliar se os valores produtos registrados são compatíveis e vantajosos à Prefeitura de Porto Esperidião, fazendo os comparativos com os orçamentos juntados.

Consta também dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.

E relação à previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, está anexada a autorização para adesão à ata encaminhada pela Prefeitura de Nova Lacerda, gerenciadora da Ata.

Pois em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os





contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital. A Comissão de Licitação deve se atentar para a quantidade de itens disponíveis à aquisição sob pena de burla à concorrência a que se propõe a licitação.

Desse modo, uma vez exaurido o registro, não cabe realizar novas contratações com base naquele registro, uma vez que a licitação foi efetivada para a contratação do objeto fixado. Explicando melhor: se a licitação previa a compra de número limitado de unidades, não há como justificar a contratação número maior que o licitado.

Assim sendo, a possibilidade de prorrogação não implica o restabelecimento dos quantitativos iniciais, permitindo apenas a contratação da quantidade remanescente no registro.

Com relação à minuta do Termo de Contrato anexada, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela adesão a ata.

S.M.J.

Porto Esperidião, 12 de julho de 2021.

  
José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

*Ass. de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 8341-A*